

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

CURSO DE MESTRADO EM DIREITO

ALINE SOARES ARCANJO

TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO

A violação da autonomia da vontade do trabalhador como elemento de identificação do trabalho forçado contemporâneo

Porto Alegre

2016

ALINE SOARES ARCANJO

TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO

A violação da autonomia da vontade do trabalhador como elemento de identificação do trabalho forçado contemporâneo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para aprovação no Curso de Mestrado Acadêmico em Direito e obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles

Porto Alegre
2016

ALINE SOARES ARCANJO

TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO
A violação da autonomia da vontade do trabalhador como elemento de identificação do
trabalho forçado contemporâneo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para aprovação no Curso de Mestrado Acadêmico em Direito e obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 21 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof^a. Luciane Cardoso Barzotto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Gerson Luiz Carlos Branco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Eugênio Hainzenreder Júnior
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Josival e Cláudia, pelo amor incondicional, pela paciência e pelo apoio, não apenas na elaboração deste trabalho, mas ao longo de toda a minha vida. Agradeço ao meu irmão, Thiago, que em tantos momentos cedeu em favor dos meus estudos, pelo seu fraterno amor e pelo exemplo de professor que é. Agradeço ao meu amor, Vicente, pela compreensão e pelo carinho, que muitas vezes foi tudo aquilo de que precisei. Agradeço aos meus amigos, pelo incentivo e pelo companheirismo constantes.

Agradeço ao professor Leandro do Amaral D. de Dorneles, pela confiança depositada e pela sabedoria generosamente compartilhada. Agradeço pela disponibilidade, bem como pela paciente e atenciosa orientação, próprias daqueles que são apaixonados pela docência.

Por fim, dedico esta dissertação à memória de José Augusto da Rosa Bifano Filho, o Guto.

“I had not then learned the measure of ‘man’s inhumanity to man’, nor to what limitless extent of wickedness he will go for the love of gain”¹

Solomon Northup, *Twelve Years a Slave*
(1853)

¹ “Eu ainda não havia aprendido a medida da ‘desumanidade do homem para com o homem’, tampouco a ilimitada extensão da maldade a que ele vai pelo amor ao ganho” (livre tradução do original).

RESUMO

A exploração do trabalho forçado é um problema presente em todos os continentes, em praticamente todos os países. Conforme estimativas da Organização Internacional do Trabalho, cerca de 21 milhões de pessoas são vítimas de tal prática ao redor do mundo na atualidade. No Brasil, não há um levantamento preciso do número de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado. Certo é que cerca de 50 mil foram libertados de situações administrativamente assim consideradas desde 1995, tanto no meio rural, como no meio urbano. O trabalho será forçado quando houver violação da liberdade de autovinculação do trabalhador, seja para estabelecer a relação de trabalho, seja para dela retirar-se quando assim desejar. A presente dissertação tem como objetivo examinar as contribuições que a análise da violação da autonomia da vontade do trabalhador pode trazer para a identificação de situações concretas de trabalho forçado contemporâneo. Para tanto, inicialmente estuda-se a evolução da noção de autonomia no âmbito das relações privadas e da noção de contrato, verificando-se as peculiaridades do contrato de trabalho e da relação laboral a ele subjacente. Após, investigam-se as condições necessárias para que o consentimento do trabalhador seja considerado materialmente livre, bem como as possíveis violações a essa liberdade. No segundo capítulo, é estudado o trabalho forçado propriamente dito, analisando-se o tratamento dado ao tema pela ordem jurídica internacional. Traça-se, também, um panorama global da realidade do trabalho forçado atualmente. No terceiro capítulo, é examinada a situação do trabalho forçado no Brasil, com breves considerações históricas a respeito e observação do seu contexto atual. Verifica-se, ainda, o tratamento dado ao tema pela ordem jurídica nacional, com destaque ao art. 149 do Código Penal. Ao longo da pesquisa, recorre-se constantemente a exemplos reais, situando o conhecimento normativo e doutrinário na experiência. Os métodos de abordagem são o indutivo e o dialético, e a técnica de pesquisa é, basicamente, a documentação indireta. A partir do estudo desenvolvido, conclui-se que o exame da violação da autonomia da vontade do trabalhador contribui relevantemente para a identificação de situações concretas de trabalho forçado contemporâneo, porquanto revela, justamente, os diversos modos pelos quais a liberdade de autovinculação do trabalhador pode ser maculada, fornecendo critérios verificáveis na prática, situando a exploração coercitiva do trabalho no contexto do século XXI. Com base nisso, sugere-se a utilidade da adoção de uma abordagem jurídica sistêmica, ou interdisciplinar, do trabalho forçado, conjugando diversos ramos do Direito – Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Internacional e Direito Penal.

Palavras-chave: trabalho forçado, trabalho em condição análoga à de escravo, autonomia da vontade, liberdade de autovinculação, consentimento.

ABSTRACT

Forced labor exploitation is an undergoing problem in every continent, and virtually in every country. Estimates from the International Labor Organization point that circa 21 million people around the globe are currently victims of forced labor. In Brazil, there are no precise data on the number of workers subjected to forced labor. The fact is around 50 thousand workers were freed from so-defined forced labor situations since 1995, in both rural and urban environments. Forced labor is understood as the one in which there is a violation of the worker's free consent, be it on the making of the labor contract, be it on ending the labor relation if so she wills. The objective of this dissertation is to examine in which ways the analysis of workers' autonomy of will may contribute for the identification of actual occurrences of modern-day forced labor. For this purpose, the development of the ideas of contract and of autonomy in private relations are firstly studied, with focus on labor contracts' and labor relations' distinguishing peculiarities. Subsequently, the necessary conditions for the worker's consent to be considered materially free are investigated, as well as potential violations of such freedom. On the second chapter, the object of study is forced labor and its treatment by the international legal order. Further, a prospect of forced labor's reality around the world is traced. On the third chapter, the situation of forced labor in Brazil is examined, through brief historical retrospect and observations on its current context. The domestic legal framework is analyzed, with emphasis on article 149 of the Criminal Code. Throughout the research, factual examples are constantly referred, establishing normative and doctrinal backgrounds on real-world experience. Inductive and dialectical methods are used, and indirect documentation is the main research technique applied. From the study developed, it is concluded that the examination of workers' autonomy of will offers great contribution for identifying concrete situations of modern-day forced labor, as it reveals the many ways by which free consent may be tainted, providing practical, verifiable criteria, and repositioning coercive labor exploitation in the context of the 21st century. Thus, it is suggested the adoption of a systematic, interdisciplinary legal approach of forced labor, bringing together different areas of Law – Labor Law, Civil Law, International Law and Criminal Law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – artigo
CEJIL – Centro Pela Justiça e o Direito Internacional
CF – Constituição Federal
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIETT – Confederação Internacional das Agências Privadas de Emprego
CLAT – Central Latino-Americana de Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CP – Código Penal
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
ECOWAS – *Economic Community of West African States*
GEFM – Grupos Especiais de Fiscalização Móvel
GSDTR – Guias de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LEP – Lei de Execução Penal
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NR – Norma Regulamentadora
OAB – Organização dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PLS – Projeto de Lei do Senado
PPP – Poder de Paridade de Compra
RNB – Renda Nacional Bruta
SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho
SRTE – Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego
STF – Supremo Tribunal Federal
TGI – Tribunal de Grande Instância
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime* (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 AUTONOMIA DA VONTADE	17
1.1 BREVES LINHAS SOBRE LIBERDADE, AUTONOMIA E TRABALHO LIVRE	17
1.2 AUTONOMIA E CONTRATO	21
1.2.1 Do dogma da vontade à autonomia privada e a evolução do contrato	22
1.2.2 O contrato de trabalho e os aspectos peculiares da relação de trabalho	39
1.3 VIOLAÇÕES DA AUTONOMIA DA VONTADE	46
1.3.1 Vícios de vontade ou do consentimento previstos no Código Civil pátrio	50
1.3.1.1 Preliminarmente: o dever de informação do tomador de serviços	50
1.3.1.1.1 Boa-fé objetiva	50
1.3.1.1.2 O dever de informação do tomador de serviços	53
1.3.1.2 Erro	56
1.3.1.3 Dolo	60
1.3.1.4 Coação moral (<i>vis compulsiva</i>)	64
1.3.1.5 Estado de perigo	69
1.3.1.6 Lesão	73
1.3.2 Outras hipóteses de violação da autonomia da vontade não previstas no Código Civil pátrio	78
1.3.2.1 Abuso de situação de vulnerabilidade	78
1.3.2.2 Violência física (<i>vis absoluta</i> ou <i>vis ablativa</i>)	87
2 TRABALHO FORÇADO	88
2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO FORÇADO	89
2.1.1 Os elementos básicos do trabalho forçado	89
2.1.2 Trabalho forçado, degradante e indecente. Escravidão e servidão. Distinções	92
2.1.3 O desafio de fixação de um conceito universal para o trabalho forçado	95
2.1.4 Síntese	96
2.2 NORMATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	97
2.2.1 Convenção 29 sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930)	100
2.2.1.1 Serviço militar obrigatório que compreenda trabalhos de caráter puramente militar	101
2.2.1.2 Qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos de um país plenamente autônomo	102
2.2.1.3 Qualquer trabalho ou serviço exigido como consequência de condenação pronunciada por decisão judicial, contanto que esse trabalho ou serviço seja executado sob a fiscalização e o controle das autoridades públicas e que o indivíduo não seja posto à disposição de particulares, companhias ou pessoas privadas	103
2.2.1.4 Qualquer trabalho ou serviço exigido nos casos de força maior	104
2.2.1.5 Pequenos trabalhos de uma comunidade	105
2.2.2 Convenção 105 sobre Abolição do Trabalho Forçado (1957)	106
2.2.2.1 Trabalho forçado como medida de coerção ou de educação política, ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente	108

2.2.2.2 Trabalho forçado como método de mobilização e de utilização de mão de obra para fins de desenvolvimento econômico	109
2.2.2.3 Trabalho forçado como meio de disciplinar a mão de obra	110
2.2.2.4 Trabalho forçado como punição por participação em greves	111
2.2.2.5 Trabalho forçado como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa	112
2.2.3 Protocolo Relativo à Convenção sobre Trabalho Forçado de 1930 (Convenção 29) e Recomendação 203 sobre Trabalho Forçado (Medidas Complementares), ambos de 2014	112
2.2.4 Outros instrumentos relacionados	114
2.3 TRABALHO FORÇADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL	119
2.3.1 Tratados no âmbito da Organização das Nações Unidas	119
2.3.2 Protocolo de Palermo	123
2.3.3 Tratados de âmbito regional	126
2.4 PANORAMA GLOBAL DO TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO	128
2.4.1 Formas de trabalho forçado	129
2.4.1.1 Trabalho forçado imposto pelo Estado	130
2.4.1.2 Trabalho forçado imposto por agentes privados com fins de exploração sexual comercial	133
2.4.1.3 Trabalho forçado imposto por agentes privados com fins de exploração econômica	136
2.4.1.3.1 Escravidão	136
2.4.1.3.2 Servidão em geral e servidão por dívida	137
2.4.2 Migração, trabalho forçado, contrabando e tráfico de seres humanos	141
2.4.3 Mecanismos inadequados de recrutamento	146
2.4.4 Circunstâncias que tornam determinadas pessoas mais vulneráveis ao trabalho forçado	148
2.4.4.1 Pobreza	149
2.4.4.2 Discriminação	151
2.4.4.3 Baixa instrução e analfabetismo	152
2.4.4.4 Migração	152
2.4.4.5 Mau funcionamento dos mercados de crédito e má distribuição de terras	153
2.4.4.6 Pouca capacidade institucional	154
2.4.4.7 Mau funcionamento do “mercado de trabalho”	154
2.4.4.8 Outros	155
2.4.5 Quadro estatístico global do trabalho forçado	156
2.4.5.1 Por tipo, por gênero, por idade e por região	156
2.4.5.2 Migração e tráfico de seres humanos	159
2.4.5.3 Estimativa dos lucros ilicitamente obtidos por agentes privados com a exploração do trabalho forçado	160
3 TRABALHO FORÇADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	163
3.1 DAS RAÍZES DO TRABALHO FORÇADO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL ATÉ O RECONHECIMENTO OFICIAL DE SUA EXISTÊNCIA PELO ESTADO BRASILEIRO	163
3.2 TRABALHO FORÇADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	173
3.2.1 Perfil dos principais atores envolvidos	173
3.2.1.1 Trabalhadores	174
3.2.1.2 Aliciadores	181

3.2.1.3 Tomadores de serviço	183
3.2.2 Panorama estatístico	185
3.3 TRABALHO FORÇADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	190
3.3.1 O trabalho na Constituição Federal – breves linhas	190
3.3.2 O Brasil perante as normas internacionais relacionadas ao trabalho forçado	193
3.3.3 O art. 149 do Código Penal e o trabalho em condição análoga à de escravo ...	196
3.3.3.1 Bens jurídicos principalmente tutelados.....	201
3.3.3.1.1 Dignidade da pessoa humana	201
3.3.3.1.2 Liberdade	203
3.3.3.2 Submissão a trabalhos forçados	208
3.3.3.3 Submissão a jornada exaustiva	210
3.3.3.4 Sujeição a condições degradantes de trabalho	213
3.3.3.5 Restrição da locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto	220
3.3.3.6 Situações equiparadas – retenção no local de trabalho	224
3.3.4 A contribuição do Ministério do Trabalho e Emprego no esclarecimento do que é o trabalho em condição análoga à de escravo	227
3.3.5 Síntese	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS	235